

A EDUCAÇÃO CONFSSIONAL CATÓLICA SALESIANA E AS IMPLICAÇÕES SOCIAIS NAS ESTRUTURAS DE PODER

Jéssica Lima Urbietta¹
Jacira Helena do Valle Pereira Assis²

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a interseção entre a educação confessional católica salesiana e as estruturas de poder, para compreender as implicações sociais resultantes dessa relação dentro do contexto educacional no sul do antigo Mato Grosso, no período de 1937 a 1945. A análise baseia-se nas representações e nas práticas adotadas pelo Ginásio Dom Bosco, com foco em elementos que moldaram as relações de poder entre alunos, instituição e sociedade. Revisita-se os fundamentos teóricos da educação salesiana a partir de revisão bibliográfica e análise qualitativa de fontes documentais. No exame das fontes, pretende-se incursionar um diálogo com estudos historiográficos e sociológicos, a partir do aporte histórico de Roger Chartier e sociológico de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Estado Novo; Relações de poder; Pedagogia salesiana.

SALESIAN CATHOLIC CONFSSIONAL EDUCATION AND THE SOCIAL IMPLICATIONS FOR POWER STRUCTURES

Abstract: This article aims to analyze the intersection between Salesian Catholic confessional education and power structures, in order to understand the social implications resulting from this relationship within the educational context in the south of the former Mato Grosso, from 1937 to 1945. The analysis is based on the representations and practices adopted by the Ginásio Dom Bosco, focusing on elements that shaped the power relations between students, institution and society. The theoretical foundations of Salesian education are revisited through a bibliographical review and qualitative analysis of documentary sources. In examining the sources, the aim is to engage in a dialog with historiographical and sociological studies, based on the historical contribution of Roger Chartier and the sociological contribution of Pierre Bourdieu.

Keywords: Estado Novo; Power relations; Salesian pedagogy.

¹ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: jessicabieta@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2002). Professora Titular Aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul do quadro de colaboradores do Programa de Pós-graduação em Educação – (cursos de Mestrado e Doutorado). E-mail: jacira.pereira@ufms.br.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa que utilizou como fonte e objeto de análise fontes documentais ligadas à imprensa escolar católica salesiana e identificou, que impressos escolares podem suscitar potencialidades e desafios científicos no desenvolvimento de pesquisas no campo educacional.

Deste modo, a adoção do periódico escolar *O Ginásio* como principal fonte mobilizada para a análise relaciona-se com a expectativa de alcançar novas contribuições sobre a pluralidade do campo educativo e de sua cultura pedagógica salesiana em Campo Grande, no sul do antigo³ Mato Grosso.

O uso dessa fonte, aliada ao referencial teórico-metodológico proposto, sinaliza para a possibilidade de desenvolver uma abordagem científica sobre os fatores colocados em jogo na prática cotidiana desse campo, que envolveram questões de disputas, relações de poder e domínios do sistema de disposições. Deste modo, as análises com a fonte suscitaram novas problematizações, dentre estas a que direciona o presente artigo, qual seja: quais foram as implicações sociais da relação estabelecida pela educação confessional católica salesiana e as estruturas do poder dentro do contexto educacional no sul do antigo Mato Grosso, no período de 1937 a 1945?

O marco cronológico da pesquisa foi definido diante do período em que se constatou a profusão de publicações desses materiais impressos por estabelecimentos educacionais e, principalmente, por compreender o espaço de tempo em que perdurou a ação editorial do periódico escolar *O Ginásio*. Esse momento histórico coincide com consolidação do regime político do Estado Novo, por conseguinte, com transformações em diferentes setores da sociedade – com destaque as mudanças no setor educacional do país – que estimularam as publicações de materiais impressos oficiais provenientes de estabelecimentos de caráter formativo e do aparelho do Estado, revestidos de características relativas ao controle da rede de informações desse período.

³ Utiliza-se, no decorrer deste texto, a expressão “antigo” para representar o estado de Mato Grosso antes de sua divisão, em 1977, quando foi transformado em Mato Grosso do Sul. Portanto, para facilitar a redação, a região sul será mencionada como “antigo sul de Mato Grosso” ou “sul do antigo Mato Grosso”.

Portanto, a principal fonte mobilizada para análise foi o periódico escolar salesiano *O Ginásio* que, em leitura atenta da sistematização das informações redigidas em suas páginas, despontaram-se diversificados conteúdos e questionamentos relacionados às representações e às práticas da instituição. Dessa forma, propôs-se o diálogo teórico-metodológico com Roger Chartier e Pierre Bourdieu e as contribuições de seus respectivos campos de investigação.

O ponto de convergência entre esses estudos apresenta-se justamente no fato de as representações se estabelecerem na prática cotidiana e a partir dela, já que ambas são colocadas em um campo de disputa que se enuncia em poder e dominação.⁴ Em diálogo entre os autores, compreende-se que as representações e as práticas são resultantes do cotidiano e de elementos importantes para a análise da realidade social, pois se constituem por disposições internalizadas pelos agentes sociais e auxiliam na construção da objetividade do campo.⁵ Deste modo, conhecer os fatores que envolvem essa instituição de ensino possibilita explorar o contexto, as relações e os domínios desse sistema de disposições salesianas do pensar, do agir e do construir.

Religião, pátria e família: construção das relações de poder no campo educacional

Para aproximar-se das implicações sociais estabelecidas a partir da relação entre a educação confessional católica salesiana e as estruturas de poder no cenário do sul do antigo Estado de Mato Grosso entre os anos de 1937 a 1945, inicialmente pretende-se mapear os principais acontecimentos que potencializaram, direta ou indiretamente, essa interseção. Portanto, reconhece-se a necessidade de regressar nas análises de marcos temporais para a contextualização das fases políticas, ideológicas e de debates educacionais que envolveram o período.

O período delimitado e analisado compreende o regime político brasileiro conhecido como Estado Novo instaurado por Getúlio Vargas entre os anos de 1937

⁴ CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

⁵ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J.; PORTELLI, A. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006. p. 183-191.

a 1945. Esse espaço de tempo foi marcado por um movimento que almejava a “modernização” em diferentes setores da sociedade, inclusive afetando diretamente a educação, especialmente a partir dos debates escola-novistas⁶ difundidos no período.

Esse regime foi instituído mediante um golpe de estado, no qual a centralização política e a intervenção estatal como características de regimes autoritários para consolidar a interferência do Estado diretamente na economia do país, controle que envolveu também as questões sociais e educacionais.⁷

No período do Estado Novo (1937 – 1945), o papel da escola perpassava a necessidade de instruir, já que tinha a preocupação com uma educação destinada a formar e preparar cumpridores de “deveres da vida cívica”, doméstica e profissional. As iniciativas estimulavam uma concepção autoritária com a implementação de mecanismos de reforço à autoridade e à disciplina nos espaços educativos. Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, ressaltava que a educação, aliada à religião, constituiria um meio de recuperar valores ligados à pátria e à família.⁸

Diante desses interesses, o governo do país teria que manter boa relação com a Igreja, pois, nesse período, o Brasil apresentava número escasso de escolas oficiais, enquanto nas escolas particulares, em grande maioria de caráter confessional, a presença da Igreja Católica proporcionava relevância em sua administração.⁹ O sistema de cooperação desencadeada por Estado e Igreja alinharam-se aos interesses da seguinte forma: o governo ajudaria financeiramente a Igreja a manter suas instituições em território nacional e, em troca, por meio do alcance e poder de influência sobre os fiéis, ela se manifestaria explicitamente em favor da ideologia empreendida pelo governo da época.¹⁰

⁶ Refere-se a um movimento pedagógico de renovação do ensino, iniciado a partir das primeiras décadas do século XIX, que influenciou a educação no Brasil com o método que previa o aluno como o centro do processo de aprendizado e aquisição dos conhecimentos em contraposição aos processos convencionais.

⁷ PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁸ HORTA, J. S. B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012.

⁹ BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

¹⁰ NEVES, V. A.; SILVA, V. M. Educação, Igreja e Estado Novo (1937-1945): ensino secundário confessional na Paraíba. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 44, n. 2, p. 358-371, 2019.

Além da relação com a Igreja, a ideologia estado-novista se preocupou com a política educacional, portanto, interveio diretamente no projeto político pedagógico das instituições educacionais ao colocar a educação a serviço do regime autoritário dessa nova ordem política. Esse novo paradigma pedagógico ansiou por aliar os princípios da religião, pátria e família em defesa das ideologias do nacionalismo¹¹ e catolicismo.

O papel do Estado constituía-se no domínio e no controle da esfera educacional a partir de intervenções na ação das instituições escolares, para que se desenvolvesse o trabalho de renovação dentro das realidades reveladas pelo Estado Novo. O discurso, em diferentes meios de comunicação, era de que a educação seria utilizada como estratégia governamental para a erradicação dos focos de resistência à ideologia autoritária do regime político implementado e como instrumento para a regeneração do governo.¹²

Em âmbito nacional, Gustavo Capanema endossou a visão instrumental da educação como aparelho ideológico do Estado. Em relação à educação, o ministro afirmou que o controle seria papel do governo, com o fortalecimento de um discurso de ensino partidário, reprodutor da ideologia vigente e conservador da civilização brasileira.

Com a implantação desse regime político, a educação no país passou a ressaltar a ideologia do trabalho e do nacionalismo, estabelecendo nas escolas, em todos os níveis, uma grade curricular voltada ao ensino de trabalhos manuais e de educação cívica. As diretrizes ideológicas norteadoras dessa política educacional consolidavam-se na exaltação da nacionalidade, nas críticas ao liberalismo, no movimento anticomunismo e na valorização do ensino profissional.¹³

Nesse contexto, os múltiplos debates sobre os temas educacionais atribuídos pelo caráter político sinalizam a diversificação das propostas e dos projetos que eram polarizados pelo público interessado na promoção da educação,

¹¹ Para os propósitos da análise, bem como assume Hobsbawm (2000), compreende-se nacionalismo como um projeto político, em que um grupo denominado “nação” tem o direito e o dever de formar um Estado territorial do tipo moderno. Esse projeto considera o dever do Estado em exercer o controle sobre uma faixa territorial, com fronteiras definidas e habitadas por uma população homogênea para a composição de seu corpo essencial de cidadãos.

¹² ALMEIDA, M. G. A. A. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 137-160, 1998.

¹³ SILVA, M. S. *A Educação Brasileira no Estado-Novo: 1937/1945*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. p. 20.

a exemplo de católicos, liberais, militares, representantes das classes dirigentes, dentre outros. O campo educacional tratava-se de um campo de disputa e de interesses e, entre os agentes envolvidos, a expectativa era pela mobilização de um projeto educacional de construção da nacionalidade brasileira.

Os anos sob a presidência de Getúlio Vargas podem ser considerados como importantes para a reflexão sobre a articulação de um ideário educacional com base nos princípios do nacionalismo. Nesse período, mesmo que a finalidade da atividade governamental fosse no sentido de estabelecer as diretrizes nacionais da política educacional, as ações desenvolvidas pelo Estado estavam articuladas aos interesses de grupos e setores sociais que mantinham os discursos nacionalistas, em virtude da (re)construção da unidade do país.

A orientação, determinada pela Constituição de 1937, de que competia à União fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes que deveriam obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude brasileira, marcou o discurso político oficial durante o Estado Novo, tomado de caráter de intervenção no campo educacional a partir da aplicação e do controle de seus princípios.¹⁴

O esforço de nacionalização consistia, portanto, nos aspectos de fornecer conteúdo nacional à educação transmitida nas instituições escolares e por demais instrumentos formativos, bem como a perspectiva de padronização das escolas, dos currículos, materiais didáticos, sistemas de controle e fiscalização e, por fim, erradicar minorias étnicas linguísticas e culturais existentes no Brasil desde as últimas décadas.¹⁵

Ademais, cabe ressaltar que a Era Vargas surge no bojo da crise mundial que assolou o capitalismo liberal, após a quebra da Bolsa de Valores americana de 1929. O contexto de crise mundial do mercado colocou em evidência o colapso do sistema político local anterior, representado pelas elites agroexportadoras do café. A agenda pública do governo foi redefinida a partir dos desdobramentos que se sucederam após a revolução de 1930 e que mantiveram Getúlio Vargas no poder até o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945.

¹⁴ BRASIL. [Constituição (1937)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937.

¹⁵ SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Ed. da USP, 1984.

Nesse contexto, no esteio do processo de industrialização, a sociedade e o Estado sofreriam reformulações e a modernização capitalista assumiria novas direções, a partir da orquestração das políticas públicas de intervenção e controle¹⁶ nos âmbitos político, econômico, social e cultural, isto é, a “estatização” das relações sociais.¹⁷

A concepção de modernização de setores da sociedade significou para esse regime político um movimento de mudança na estrutura institucional e na ruptura temporal, que colocava de um lado, um “tempo ultrapassado”, representado pelo período da Primeira República; e, de outro, a iniciativa de um “novo tempo”, representado pelo Estado Novo. Esse processo foi marcado pela substituição de um Estado liberal e um sistema político criado pelas oligarquias por um Estado autoritário e por um sistema fortemente centralizado.

O sentido de modernização era o de dirigir e centralizar as decisões no Estado com a ampliação de suas bases de sustentação e incorporação de novos segmentos sociais à vida política. A iniciativa envolvia questões do governo, do povo e do trabalho, que convergiam em um ideal de novo ordenamento social nos domínios da sociedade civil e legitimação do projeto nacionalista estado-novista.¹⁸

A centralização do poder público acompanhou a centralização do poder simbólico, de forma a difundir uma visão de mundo consubstanciada por um ideal de unificação das inúmeras iniciativas implementadas para a produção de um apoio da população para o nacionalismo estatal. Portanto, as iniciativas políticas e os recursos mobilizados pelo regime estado-novista tinham por finalidade a produção de uma identidade nacional.

Neste cenário, a ênfase dada pelo regime estado-novista à construção de uma identidade nacional pode ser compreendida como uma estratégia política deliberada, com vista a consolidar a unidade nacional e fortalecer os laços entre o Estado e a população. O projeto nacionalista estado-novista utilizou-se da história

¹⁶ O processo de modernização de características conservadoras colocou sob tutela estatal algumas camadas da sociedade. Esse arranjo conferia a alguns aparelhos de repressão, a exemplo da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS), o papel instrumental de atuar contra partidos e militantes que colocassem em questão a ordem burguesa, bem como a segurança nacional (FLORINDO, 2011).

¹⁷ FLORINDO, M. T. O DEOPS/SP na Era Vargas: crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial. *Aurora* (UNESP. Marília), v. 5, p. 124-139, 2011.

¹⁸ VELLOSO, M. P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p.71-108.

e dos símbolos culturais como ferramentas para fomentar um sentimento de pertencimento e identidade comuns.¹⁹

Este processo de construção da identidade nacional, portanto, não se deu apenas no âmbito das políticas explícitas, mas também na mobilização de elementos simbólicos e culturais, a fim de criar uma coesão social que legitimasse o regime e promovesse uma unidade ideológica abrangente. Assim, o projeto estado-novista abarcou a complexidade e a multidimensionalidade das estratégias empregadas pelo Estado para moldar a percepção pública e fomentar uma identidade nacional alinhada com os interesses políticos e ideológicos do governo.

Neste cenário, o foco do Estado Novo na criação de uma identidade nacional é visto como uma tática política intencional, destinada a reforçar a unidade do país e intensificar a conexão entre o governo e seus cidadãos. Para atingir esse objetivo, o movimento nacionalista do Estado Novo recorreu à história e a símbolos culturais como meios de cultivar um senso de pertença e identificação coletiva. Assim, a formação dessa identidade nacional transcendeu as medidas políticas diretas, abrangendo a utilização de símbolos e elementos culturais para forjar uma solidariedade social que validasse o governo e estimulasse um consenso ideológico.

Destaca-se que esse período esteve marcado, em âmbito mundial, pela emergência de uma cultura de massas relacionada a um avanço tecnológico, especialmente dos meios de comunicação. A situação transformou a propaganda política como instrumento estratégico para o exercício do poder e, no caso de regimes de natureza autoritária como o do Brasil, a propaganda era utilizada em parte constitutiva do sistema político mediante o monopólio da comunicação e da censura. Essas estratégias estiveram direcionadas ao cotidiano da coletividade, a partir dos anseios impostos pelo regime estado-novista, que almejavam atingir e conquistar adesões políticas.²⁰

Em 1931, com a criação do Departamento Oficial de Propaganda²¹ (DOP), o uso de técnicas de propaganda política foi utilizado pelo Governo Vargas, prevendo

¹⁹ GOMES, A. C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

²⁰ CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papiros, 1998.

²¹ Apêndice da Imprensa Nacional, o DOP funcionou como primeiro órgão da administração pública a serviço da propaganda estatal no governo de Getúlio Vargas entre os anos de 1931 e 1934, quando foi reformulado e

o controle da informação no plano da opinião pública, bem como dos demais órgãos de publicidade particulares. Posteriormente, com o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), órgão sob controle do Estado, os recursos foram ampliados e o departamento passou a exercer ações no âmbito do rádio, do turismo e da imprensa, com o objetivo de garantir uma repercussão positiva dos atos ligados ao governo e de orientar a opinião pública para a formação de um consenso favorável.²²

A problemática, no entanto, situa-se na contradição de tratar-se de um período de dimensão coercitiva, que se consolidava dentro de um regime autoritário, mas que, ao mesmo tempo, mantinha o discurso de que esse comportamento caminharia *pari passu* ao processo de modernização proposto. Ressalta-se que, para o período, o sentido de modernização esteve atrelado ao exercício autoritário e de controle. Mas, entende-se que esse tipo de ação representa retrocessos, especialmente com a criação de órgãos reguladores e formadores da opinião pública, criando restrições na liberdade de imprensa, nas liberdades políticas, entre outras.

Dentre as movimentações sociais que ocorriam entre o século XIX e o XX, o ideário escola-novista emergiu como produto dessas transformações que demandavam a reflexão sobre uma escola ativa, diferentemente do modelo de escola tradicional que imperava nas instituições de ensino. Suas concepções, compreendidas como conflitantes diante do regime de controle implantado no período, alocavam o olhar no aluno e não mais no professor, almejando novas perspectivas para a escolarização dos discentes.

Nessa conjuntura social, um dos setores que recebeu oportunidades de atuação diante dos constantes debates e cobranças do movimento da Escola Nova travados desde o primeiro manifesto (1932) foram as associações de estudantes, mais conhecidas como grêmios escolares, mas que, em alguns casos, recebiam a denominação de centros escolares ou centros literários. Esses espaços estudantis passaram a ser reconhecidos pela educação formal dentro do ambiente escolar e com possibilidade de atuação fora da sala de aula por recursos e suportes de

substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) que, no ano de 1938, deu lugar ao Departamento Nacional de Propaganda (DNP).

²² GOULART, S. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo. Marco Zero, 1990.

expressão, tais como: livros, manuais, boletins, jornais e revistas, isto é, diversificados impressos escolares.

A ação estudantil, bem como os escritos produzidos por esses estudantes nos espaços escolares, considerando as características advindas do contexto político do país no período, sofreram constantes influências. Apesar de as propostas e políticas educacionais manifestarem a importância e o anseio de uma maior participação do discente no processo educacional e formativo na escola, suas práticas e opiniões estavam condicionadas às diretrizes ligadas a um governo de características arbitrárias. A escrita dos impressos escolares foram, explícita ou implicitamente, mediadas, colocando em dúvida se o espaço de atuação concedido aos estudantes no centro do processo formativo foi, de fato, pensando no estudante.²³

Destaca-se que se tratava de um campo social que fazia alusões ao interesse por um desenvolvimento brasileiro nos moldes modernos, discurso que foi adotado em diferentes espaços sociais, tal como na escola. Nesse sentido, havia um esforço em apresentar práticas consideradas modernas, mas que esbarravam em distintos interesses e parcerias travadas pelo Estado com instituições tradicionais. Considera-se, portanto, que essa proposta pelo moderno foi uma construção do país, por isso, apresentava características e contradições singulares a essa conjuntura.

Um dos alicerces dessa concepção estaria então no redirecionamento do olhar para o estudante, o que evidenciou uma maior participação e movimentação desse grupo diante das novas atitudes indicadas pela educação no período acenado. Um dos elementos advindos desse ideal encontra-se na profusão dos impressos escolares como instrumentos que possibilitariam aos discentes ampliarem as suas atuações nas instituições de ensino.

Na escrita dos mais variados modelos textuais que compunham as páginas de *O Ginásio* produzidos pelos estudantes do Ginásio Dom Bosco, existiu o exercício de compreensão sobre o “ser e estar discente salesiano” inserido em um contexto social e político marcado por diferentes discursos, constantes debates,

²³ COSTA, E. R. *Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas na Era Vargas (1930 - 1945)*. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2016.

recorrentes mudanças e em uma conjuntura de formação para a vida profissional e adulta. Essa produção escrita, mediada pelos diferentes fatores internos e externos, era autorizada, sobretudo, pela instituição escolar e sinalizou características ligadas às questões particulares do ginásio e da sociedade.

Os traços agregados no agente envolvido diretamente com a produção do impresso sinalizam um perfil de estudante ginasiano interessado em contribuir, incluído positivamente no processo educacional e cultural do ginásio e que estivesse ligado aos ideais progressistas em defesa do progresso impulsionado pela ciência, pela tecnologia e pela razão humana. Apesar da historiografia compreender que o movimento progressista rompe com a doutrina cristã, os responsáveis editoriais do impresso defendiam que, com o método educacional salesiano, ambos os conhecimentos caminhavam juntos.

Esse debate coloca, de um lado, os ideais progressistas previstos pelos princípios escola-novistas e, de outro, os ideais conservadores defendidos pelos educadores religiosos. Embora o discurso fosse de que seria possível aplicar ações progressistas ao processo educacional salesiano, o conflito de interesses dificultava aliá-las, pois a instituição apresentava características educacionais tradicionais, religiosas e políticas na transmissão de conhecimentos que exigiam formas rígidas de controle.

O limite institucional e permitido para que os discentes adotassem uma postura progressista esbarrava, portanto, no sistema educacional implantado na instituição, bem como no contexto político do período. As representações e práticas do Ginásio Dom Bosco estavam condicionadas aos ideais religiosos, da governabilidade do país e da família, que previa um processo educacional que rendesse em favor dos interesses nacionais.

Alguns órgãos divulgadores do pensamento católico educacional do período, tais como a *Revista Brasileira de Pedagogia* e *A Ordem* de circulação geral entre os anos de 1921 a 1938 buscaram divulgar os princípios da educação cristã em diálogo com os ideais “avançados” e “progressistas” da Escola Nova. A abertura

para essa relação deveria ocorrer, entretanto, de forma acautelada e gradual, para defender ideias avançadas, mas criteriosas; progressistas, mas ponderadas.²⁴

A iniciativa dessas publicações católicas previa especialmente a construção de uma pedagogia de filosofia católica para consolidar a chamada “civilização cristã brasileira”. Então, a iniciativa se efetivaria, nesse campo de poder, a partir da veiculação das doutrinas católicas pelas práticas pedagógicas dos educadores, em que estava em jogo o “caráter cristão da sociedade”.²⁵

Deste modo, compreende-se que o espaço temporal delimitado contou com a fase política de um regime autoritário e centralizador, com a defesa de ideologias do nacionalismo e do catolicismo, que culminaram em debates e disputas sobre a educação a serviço de interesses de poder. Essas condições potencializaram a relação entre o campo educacional e as estruturas de poder, principalmente fortalecidas pela Igreja e pelo Estado, e as implicações sociais dessa interseção são possíveis de serem observadas e analisadas em representações e práticas de instituições escolares salesianas e em seus produtos simbólicos, como pretende-se apresentar no tópico a seguir.

Representações e práticas salesianas: consolidação das relações de poder no campo educacional

Este tópico se concentra em analisar a interseção entre a educação confessional católica salesiana e as estruturas de poder, para compreender as implicações resultantes dessa relação dentro do contexto educacional no sul do antigo Mato Grosso, no período de 1937 a 1945. A análise baseia-se nas representações e nas práticas adotadas pelo Ginásio Dom Bosco, com foco em elementos que moldaram as relações de poder entre alunos, instituição e sociedade.

²⁴ SGARBI, A. D. *Igreja, educação e modernidade na década de 30 escolanovismo católico*: construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia. 1997. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1997.

²⁵ SGARBI, A. D. *Bibliotecas pedagógicas católicas*: estratégias para construir uma “civilização cristã” e conformar o campo pedagógico através do impresso. 2001. 391 f. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

Em conformidade, os procedimentos de análise voltaram-se para o periódico escolar *O Ginásio*, inserindo-se nas relações e nas tensões desse campo. Dessa forma, tecer análises sobre representações e práticas dessa instituição de ensino salesiano, veiculadas a partir de um periódico escolar, implicou compreender a multiplicidade de mediações complexas e contraditórias que se exprimiram na realidade objetiva do Ginásio Dom Bosco e aproximaram da problematização elencada.

Em termos iniciais, destaca-se que no período delimitado, o contexto brasileiro já estava lidando com um momento de debates e disputas políticas divergentes sobre o destino do país, que foram fomentados após a crise econômica de 1929 e do movimento tenentista²⁶. A efervescência política ganhou notoriedade e conseguiu mobilizar opiniões divergentes em âmbito nacional com contestações de grupos de: “[...] jovens militares, intelectuais, profissionais liberais, estudantes, lideranças sindicais, comunistas, socialistas e também setores da Igreja, integralistas, políticos tradicionais e dissidências partidárias”.²⁷

O governo varguista justificou suas medidas autoritárias e conservadoras de suspensão de garantias constitucionais e censura à imprensa com a preocupação de combater a “ameaça vermelha” comunista, que estaria desencadeando um clima de pânico e medo no país. A ação contou com o apoio de setores importantes da sociedade, em especial, por parte da imprensa e da Igreja Católica.²⁸

O governo, a partir dos usos de seus aparelhos burocráticos, buscou difundir conhecimentos e noções elementares ao povo com o auxílio de veículos de difusão, tal como a imprensa, que se tornaria instrumento fundamental para a consolidação dessa ação. Assim, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela estreita

²⁶ O tenentismo foi um movimento político-militar, que surgiu na década de 1920, liderado por oficiais que reivindicavam por reformas na estrutura política e social do país, diante da insatisfação com a cultura política brasileira e com as práticas impostas pelas oligarquias no período (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

²⁷ VIANNA, M. A. G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁸ ADÃO, R. *Anticomunismo e suas construções mitológicas na imprensa político-religiosa de Cuiabá (1930 – 1945)*. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2017.

relação de poder entre a imprensa, Igreja Católica e o Estado, no sentido de atingir e orientar política e intelectualmente a população.²⁹

Os periódicos que circularam após a implantação do regime estado-novista, bem como os demais jornais, as agências de notícias e as emissoras de rádios, seguiam um plano de apoio com o governo para a construção de um consenso político e social do período. Essa aproximação funcionava em uma relação de troca para ambos os lados, ao passo que os responsáveis pelas publicações conseguiam, a partir dessa parceria, isenções de impostos e aporte de verbas públicas para sua manutenção. No entanto, a propaganda a serviço do Estado e de seu líder esteve marcada pela repressão à imprensa, suspensão de subsídios e, em casos mais extremos de oposição e crítica ao governo, obrigava-se o fechamento dos meios de comunicação.³⁰

Para o controle e a centralização da propaganda política nos diferentes meios de comunicação, o governo criou no ano de 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O órgão tinha como proposta o controle da propaganda do Estado, bem como ficou responsável pela censura de alguns meios privados de imprensa, de rádio, do teatro e do cinema. Nos contextos estaduais, em 1940 foi criado em cada estado e com análogas atribuições do DIP o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), comandado no antigo Mato Grosso pelo jornalista Archimedes Pereira Lima.³¹

O DIP desempenhava um poder que, para esse período, tinha o papel de repressão com o objetivo de difundir a ideologia e a propaganda varguista na sociedade brasileira e de, inclusive, promover manifestações cívicas e festas populares para exaltar os princípios nacionalistas. Além disso, cabia ao órgão controlar os meios de comunicação e a produção discursiva da imprensa, além de promover a propaganda do regime, determinar os conteúdos a serem publicados e ordenar a prisão de agentes e/ou instituições que não estivessem alinhadas à

²⁹ CAPELATO, M. H. R. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: O Tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 107-143.

³⁰ BARBOSA, M. *História cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

³¹ ADÃO, R. *Anticomunismo e suas construções mitológicas na imprensa político-religiosa de Cuiabá (1930 – 1945)*. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2017.

ideologia do governo. Portanto, até o seu funcionamento em 1945, o departamento cuidou de sacralizar a imagem de Getúlio Vargas.

O período contava com grandes atos cívicos e militares em torno da imagem de grandiosidade do governo e, por tal motivo, criou-se a percepção de que o país estava em ocasião festiva. As principais solenidades desse calendário simbólico e festivo eram usadas como estratégia para a aproximação dos trabalhadores com as autoridades do governo, especialmente em espaços públicos, onde eram impostas a presença e a devoção dos ideais estado-novistas junto às massas.³²

No período, o sentimento patriótico também começou a ser ativo e fecundo no ambiente escolar para a formação da nacionalidade, e as solenidades cívicas e patrióticas foram inseridas na prática educacional a partir de medidas oficializadas pelo governo de Getúlio Vargas. O primeiro caso foi com a assinatura do Decreto n. 19.488, de 15 de dezembro de 1930³³, em que era exigida a celebração de festas nacionais como, por exemplo, a de 7 de setembro. Além disso, com a Lei n. 259, de 1.º de outubro de 1936³⁴, tornava-se obrigatório o canto do Hino Nacional em todas as instituições de ensino do país e, em caso de descumprimento, haveria a proibição do seu funcionamento.

Para exemplificar, o “Dia da Pátria” significou uma das práticas de maior impacto no cotidiano do estudante do Ginásio Dom Bosco, pois compôs as páginas do impresso com o convite aos leitores e o relato da preparação de semanas para a realização das atividades que seriam executadas diante do nível de exigência com a parada escolar desenvolvida nessas datas. As paradas escolares eram as atividades predominantes nesses casos devido à importância das autoridades presentes e pela motivação em celebrar uma data festiva:

O dia tão desejado chega, finalmente, Dia 7, ás (sic.) 6:30 da manhã, os 300 alunos uniformizados de gala e os 80 fardados de cáqui já estavam em forma. Secundados pelas alunas do Colégio das Irmãs e acompanhando o rufar dos tambores, marcharam donairosos até à Avenida Afonso Pena. Com garbo e elegância, que lhes são peculiares, desfilaram em frente ao coreto, onde se

³² GOMES, A. C. *A Invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

³³ BRASIL. Decreto n. 19.488, de 15 de dezembro de 1930. *Declara os dias de festa nacional*. Rio de Janeiro, 1930.

³⁴ BRASIL. Lei n. 259, de 1 de outubro de 1936. *Torna obrigatória, em todo o paiz, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional*. Rio de Janeiro, 1936.

achavam o DD. Cmte. da Região, seu Estado Maior e autoridades civis, sendo calorosamente ovacionados.³⁵

As publicações sobre essa solenidade manifestam que a parada de 7 de setembro, para o Ginásio Dom Bosco, estava relacionada ao entusiasmo patriótico e demandava preparação e assiduidade dos envolvidos: “No semblante de todos se via estampado o entusiasmo irmanado á bôa (sic.) vontade, o que veio atestar de forma bem evidente o grau elevado dum patriotismo sadio e dum civismo esclarecido”.³⁶

A comemoração ao aniversário da Independência do Brasil, concebida pelo desfile do Ginásio, tinha como propósito dar importância aos atos dedicados à Pátria, portanto, contava com grande número de estudantes, em marcha até a principal avenida da cidade, como demonstração de patriotismo e civilidade ao público em geral e às autoridades presentes.

As sessões, os desfiles e as paradas cívicas escolares eram uma das formas de manifestações coletivas aceitas durante o regime estado-novista, já que constituíam cerimônias com atributos de formalidade e de aparência militarizada, como parte equivalente do processo de formação moral do estudante.³⁷ Em tais solenidades foi reconhecida a poderosa função de sedimentar o fortalecimento do Estado e seus interesses, além de contribuir para a construção de valores sociais e políticos dos envolvidos, uma vez que os eventos poderiam indicar uma forma ideal de comunicação entre o governo e seu povo.³⁸

No âmbito do antigo Mato Grosso, diferente dos grandes centros urbanos do país, até o ano de 1945 foram poucos os periódicos do estado, apesar de uma diversidade de pequenos títulos, que estavam ligados aos partidos políticos, intelectuais, instituições religiosas, centros estudantis e trabalhadores.³⁹ O impresso selecionado para as análises do presente artigo estava relacionado a uma

³⁵ O GINÁSIO – Órgão dos estudantes do Ginásio Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 7, set., 1937.

³⁶ **Idem, ibidem.**

³⁷ CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papiros, 1998.

³⁸ GARCIA, N. J. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política – a legitimação do estado autoritário perante às classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982.

³⁹ ADÃO, R. *Anticomunismo e suas construções mitológicas na imprensa político-religiosa de Cuiabá (1930 – 1945)*. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2017.

instituição religiosa e educacional que partilhava de uma cultura política conservadora e estabelecia representações mitológicas⁴⁰ contra o comunismo, fato que estava diretamente alinhado às diretrizes do Estado Novo.

O periódico escolar *O Ginásio*, apropriou-se da linguagem política anticomunista difundida no período e acionou os recursos da narrativa e do imaginário mitológico como prática de manutenção da ordem existente, fazendo oposição ao pensamento revolucionário do comunismo. Usava-se, nas publicações, um tom imagético e conspiratório, que já estava presente no imaginário político ocidental, como estratégia de legitimação de perseguições e exclusões, bem como para ocultar os problemas do governo vigente.

O ataque direto a essa organização política esteve em destaque em discursos transcritos no periódico. A exemplo, em pronunciamento proferido em sessão cívica do Ginásio, a temática do comunismo foi colocada em pauta, resultando na representação imagética e conspiratória de que foi criado com os seguintes objetivos: “[...] aniquilar a vontade do estudante, o gosto (sic.) pelas ciências e pelas letras, exagerando o cultivo físico do organismo pelos esportes, debilitando-lhes a vontade e cegando-lhes a inteligência”.⁴¹

O combate ao movimento comunista ganhou as páginas do impresso, inclusive com analogias sobre os princípios dessa organização, como no texto intitulado “Os dez mandamentos dos comunistas”, no qual foi indicado um conjunto de parâmetros relacionados ao seu funcionamento. Os mandamentos citados opuseram-se aos seguidos por diferentes religiões pelo mundo, com as seguintes prescrições: 1) Odiar o teu Deus; 2) Amaldiçoar o teu Deus; 3) Profanar o dia do Senhor; 4) Desprezar o pai e a mãe; 5) Matar; 6) Ser impuro; 7) Roubar; 8) Mentir; 9) Desejar a mulher do próximo; e 10) Preparar a revolução universal.⁴²

O periódico, a partir de seus conteúdos, desenvolveu esquemas geradores de classificação e de percepção do real, sob a forma de representações da

⁴⁰ Raoul Girardet (1987) destaca que os mitos políticos são como uma construção subjetiva de características imprevisíveis, dinâmicas e singulares. Estão vinculados à realidade e às vivências sociais, no sentido de que podem influir nas práticas, a partir da imposição de “verdades” que não são explicadas por condições racionalistas e são providas como uma interpretação recusável do real. Portanto, as construções mitológicas são intensificadas em contextos de tensões e desequilíbrios sociais, propagadas de forma violenta quando estão diante de uma realidade que envolve angústias coletivas e desajuste da estrutura social em disputas pelo poder.

⁴¹ *Idem*, op. cit. n. 8, out., 1937.

⁴² *Idem*, op. cit. n. 21, fev./mar., 1940.

organização estrutural desse campo. O acesso ao material garantia aos leitores o contato com os principais temas debatidos sobre a temática e, dessa forma, os dispositivos textuais corresponderam à partilha de bens culturais, que auxiliaram na promoção de práticas construtoras de um *habitus* tipicamente salesiano. Os escritos do Ginásio acompanharam a dinâmica dos principais acontecimentos e assuntos do período, não de maneira neutra diante das informações, mas expressavam opiniões, mesmo que às vezes indiretamente, e tomavam partido de algumas intenções compatíveis aos da instituição.

O “perigo comunista” introduzido nesse contexto também passou a ganhar desdobramentos a partir da Revolução Russa de 1917 e com a passagem da Coluna Prestes⁴³ na região, situação que desencadeou na população mato-grossense a preocupação da perda da liberdade, da propriedade privada e do poder, especialmente por grupos oligárquicos. Apesar de por muito tempo ser considerada uma região afastada, o sul do antigo Mato Grosso presenciou a disseminação do anticomunismo com forte influência da educação e da imprensa do estado. Nesse sentido, o discurso anticomunista se fortaleceu, no início do século XX, principalmente em decorrência da criação do partido comunista e da implantação de unidades do Exército Brasileiro no estado.⁴⁴

Tais acontecimentos, no contexto sul-mato-grossense, foram reflexos de uma condição política conturbada que o país enfrentava que advinha especialmente de situações ligadas aos movimentos políticos, a exemplo do tenentismo e do comunismo. O ambiente conflituoso impulsionou as articulações no estado, mas teve que lidar com a intensificação das práticas repressivas impostas pelo governo contra seus opositores, a exemplo da criação da Lei n. 38, de 04 de abril de 1935, conhecida como a Lei Segurança.⁴⁵

A cultura comunista do período também perpetuou mitos e símbolos no intento de atingir diversas camadas da sociedade em uma perspectiva que perpassava os interesses políticos e de classe. No entanto, esse movimento político

⁴³ A ação revolucionária político-militar surgiu como parte do movimento tenentista e percorreu alguns estados brasileiros, entre os anos de 1925 e 1927, para demonstrar insatisfação com os desmandos do governo e do regime oligárquico do período, exigindo mudanças nos âmbitos sociais e políticos do país (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

⁴⁴ ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados/MS: UEMS, 2008.

⁴⁵ BRASIL. Lei n. 38, de 04 de abril de 1935. *Define crimes contra a ordem política e social*. Rio de Janeiro, 1935.

lidou com um confronto direto dos grupos ligados às instituições religiosas, às forças armadas, aos meios midiáticos, ao governo e aos setores empresariais e intelectuais, que buscaram combater os ideais comunistas, a partir da manipulação do imaginário social brasileiro, construídos por referências representativas, simbólicas e discursivas de teor negativo.⁴⁶

Os impressos constituíram, nas décadas de 1930 e 1940, lugar de destaque para a propagação intensa de uma propaganda política de massa contra o comunismo. O intuito era promulgar uma narrativa carregada de estereótipos, sob a égide da conspiração. Nesse momento, os que aderiram ao anticomunismo compartilharam de construções mitológicas em prol de combater o “inimigo vermelho”, integrando os propósitos de unificação e consolidação de valores e opiniões junto a um Estado nacional.⁴⁷

Ressalta-se que a produção e a veiculação de expressões políticas e culturais ligadas ao anticomunismo no Brasil foram construídas em uma mesma estrutura política, porém se consolidavam em diferentes esferas ideológicas e com características distintas. Os pensamentos conservadores e reacionários que mais estiveram envolvidos no desenvolvimento do discurso anticomunista foram os que estavam alinhados às vertentes do catolicismo e do nacionalismo.

O anticomunismo católico foi considerado como a maior expressão e amplitude desse movimento, que estava empenhado na disputa no âmbito do discurso, conspiração e repressão. Assim, os periódicos escolares católicos salesianos foram inseridos nessa configuração, visto como um meio de comunicação capaz de fortalecer essa prática política nas publicações que atingiam um público jovem e um setor que estava diretamente envolvido no processo de construção da intelectualidade do período.⁴⁸

Evidencia-se que as articulações comunistas, bem como o exercício anticomunista, estiveram presentes nos embates políticos e simbólicos da região, condição que acarretou constantes manifestações e que ganhou espaço também

⁴⁶ FERREIRA, J. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

⁴⁷ ADÃO, R. *Anticomunismo e suas construções mitológicas na imprensa político-religiosa de Cuiabá (1930 – 1945)*. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2017.

⁴⁸ MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

no âmbito escolar. Inclui-se, portanto, a imprensa escolar salesiana, em especial o periódico *O Ginásio*, como instrumento importante na difusão de representações e práticas anticomunistas no sul do antigo Mato Grosso.

A exemplo de seu caráter veiculador de discursos politizados, a seção política foi um dos núcleos temáticos mais recorrentes e incisivos no periódico escolar salesiano. Havia a preocupação com o trabalho de divulgação e defesa do comportamento cívico-patriótico pelo Ginásio Dom Bosco e, com o decorrer das publicações e dos acontecimentos políticos nos âmbitos⁴⁹ nacional e internacional, o impresso passou a adotar um tom mais partidário e combativo, principalmente em relação à ideologia política do comunismo.

O ataque direto a essa organização política, com características divergentes ao capitalismo, esteve em destaque em discursos dos eventos cívicos, depois transcritas no periódico, como também por artigos de opinião da comunidade interna da instituição. Em um desses momentos, descreveu-se o comunismo da seguinte forma: “O comunismo sustenta a classe proletária, como a corda sustenta o enforcado”.⁵⁰

As questões políticas, com o decorrer das publicações, ganharam um tom mais combativo e hostil, inclusive de estudantes que se manifestavam nas páginas contra o movimento de imigração no Brasil, como se nota no texto “Quando eu fôr (sic.) Presidente”, escrito por um discente do quarto ano primário:

Quando eu fôr (sic.) Presidente, hei de mandar construir muitas casas, para que os meus patrícios não fiquem sem teto. Não deixarei estes (sic.) estrangeiros entrarem em nossa terra, porque eles muitas vezes nos traem e querem fazer triunfar o comunismo e outras idéias (sic.) extravagantes, que tornariam infeliz a minha querida Pátria. Mandarei fuzila-los (sic.) ou enforca-los (sic.) para que não façam revoluções contra os Brasileiros, tão amigos da paz e do trabalho. E a grandeza do Brasil, a beleza das suas matas, das suas praias? Não deixarei que tornem o mais belo país do mundo – meu amado Brasil.⁵¹

⁴⁹ Apesar de tecer considerações sobre o Ginásio Dom Bosco e seu processo educacional, o periódico escolar não esteve preocupado em publicar questões regionais e os efeitos dos principais acontecimentos históricos e ideologias na região. Com isso, alguns marcos temporais importantes, que afetaram diretamente a estrutura do estado, foram alocados à parte ou não foram fundamentadas ao contexto narrado. As páginas desse material estiveram ocupadas em difundir questões e opiniões, com teor de controle e influência, que favoreciam o discurso pertinente aos interesses da Congregação Salesiana.

⁵⁰ O GINÁSIO – Órgão dos estudantes do Ginásio Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 8, out., 1937.

⁵¹ *Idem*, op. cit. n. 13, ago./set., 1938.

O exercício era propor aos estudantes que eles pudessem expor o que fariam caso fossem presidentes do país um dia. O texto, portanto, aprovado para a publicação, apresentavam pensamentos xenofóbicos e discurso de ódio sobre a entrada de estrangeiros no país, para evitar movimentos políticos que prejudicassem o andamento nacional. Com esse depoimento, destaca-se o comportamento adotado pelo Ginásio no período em defesa da preservação da ordem nacional estabelecida e da baixa tolerância às ideologias políticas contrárias aos interesses da comunidade salesiana.

Os escritos informavam também sobre os principais acontecimentos do país, principalmente aqueles que envolviam as pautas políticas e religiosas. Com o regime político do Estado Novo instaurado por Getúlio Vargas, em 1937, o periódico adotou uma conduta mais política, expressando apoio aos interesses estadonovistas. Algumas das seções políticas escritas declararam abertamente apoio a Getúlio Vargas e a essa fase governamental, com citações sobre as contribuições desse regime e do “Chefe da Nação”:

Com a criação do “Estado Novo”, uniram-se todos os Estados; todas as bandeiras, todos os braços, todos os hinos num só Estado – O Brasil, numa só bandeira – a Nacional, num só braço e num só Hino. [...] Honremos a Getúlio Vargas! Prestigiemos todos os seus passos e todos os seus gestos, porque com Getúlio Vargas o Brasil será forte será unido e marchará, na senda da ordem e do progresso, para a conquista dos seus gloriosos destinos.⁵²

A representação do Estado Novo foi veiculada no periódico como ato importante e necessário para o desenvolvimento do país, e Getúlio Vargas como principal responsável por tornar o Brasil um lugar de ordem e de progresso. Sem mencionar aspectos negativos desse regime, o impresso destacou a importância de venerar, acatar e respeitar a autoridade constituída: “[...] como filhos do Brasil não nos podemos eximir do encargo de cantar e exaltar os vultos preeminentes da nossa gloriosa história”.⁵³

Compreende-se que o impresso sofreu influência política servindo, conscientemente ou não, como meio de comunicação de Getúlio Vargas para divulgação também em espaço educacional. A proposta de unidade nacional foi

⁵² Idem, op. cit. n. 27, abr., 1941.

⁵³ Idem, op. cit. n. 33, mar./abr., 1942.

abordada nesse meio de comunicação e difundida nas práticas escolares da instituição. Portanto, as representações e práticas de apoio ao governo e a Getúlio Vargas serviram como instrumento para materializar o respeito à autoridade política máxima do país.

À vista disso, o conjunto de elementos e os efeitos performativos dos discursos veiculados pela imprensa escolar da instituição reside no âmbito do poder simbólico. Considera-se que as relações entre o campo e as formas simbólicas presentes nele foram transformadas pelo grupo que detinha características de autoridade na estrutura social e, por tal razão, conseguiu intervir sobre o modo de ver e de fazer da realidade cultural.⁵⁴

Esse fenômeno adotado pela instituição salesiana consiste, de alguma forma, em uma ação de dominação simbólica, que se consolida pelo controle da subjetividade, para o predomínio ou alienação de uns sobre os outros, sob a prescrição de saberes selecionados e legitimados em decorrência da desqualificação de outros. Sobre isso, o cenário apresentado se estrutura por agentes dominantes e dominados sob os saberes e práticas do campo, consolidados a partir de um poder simbólico que, conforme a teoria bourdieusiana: “[...] garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico”.⁵⁵

Destaca-se, portanto, que as representações estão inseridas em um campo de competições, que estão vinculadas a desafios do poder e da dominação, isto é, empreende-se nesse contexto lutas de representações marcadas por interesses sociais, motivações e imposições que decorrem do mundo social a que estão inseridos.⁵⁶ Nesse ínterim, o modelo cultural de Roger Chartier está atrelado à noção de “poder”, assim como a sociologia é para Pierre Bourdieu a ciência do poder, elemento primordial para o entendimento da presente análise.

Logo, quando o Ginásio Dom Bosco, a partir do periódico escolar, se propôs a veicular que a vertente do pensamento nacionalista deveria estar aliada ao do pensamento católico e religioso no exercício do desenvolvimento nacional, a

⁵⁴ CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

⁵⁵ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁵⁶ CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

instituição salesiana fez a defesa de que esse ideal seria possível no plano prático do processo educacional pelo estímulo cívico-patriótico. Dessa forma, reforçou o discurso veiculado e, além disso, incluiu nessa conjuntura a ação educativa, que ficou representada como uma tríade formada entre a ideologia nacionalista, a ideologia católica e o sistema de ensino salesiano para a promoção dos interesses da nação.

Considerações finais

O empenho de (re)interpretação do momento histórico e ideológico no campo da educação católica salesiana, no sul do antigo Mato Grosso, no período de 1937 a 1945, sinalizou para a possibilidade de desenvolver uma abordagem sobre os fatores colocados em jogo na prática cotidiana, que envolveram um espaço de disputa, relações de poder e domínios do sistema de disposições para a compreensão da realidade objetiva desse contexto social.

O contexto delimitado envolveu um período de grandes debates educacionais e reordenação das práticas educativas com o regime político ditatorial do Estado Novo e o movimento escola-novista. Esses marcos influenciaram e demandaram dos espaços educacionais atitudes renovadoras para a formação da juventude brasileira, situação que abriu caminho para a consolidação da imprensa escolar, principalmente aquela aliada à participação ativa da comunidade discente. A imprensa escolar se adequou aos condicionantes editoriais das instituições à qual pertenciam e, com isso, elevou as ações das escolas a um novo nível de participação educacional e social.

Com a possibilidade de produção educacional proposta pela ação da imprensa e da sua relação com a escola, as representações e as práticas escolares se fizeram presentes na composição das páginas do periódico escolar *O Ginásio*. Essas ações tiveram como princípio geral um processo educacional pautado nos preceitos do Sistema Preventivo de Dom Bosco⁵⁷, o qual moldou sua estrutura sob

⁵⁷ Esse sistema tratava-se de uma experiência educativa, como um estilo de educação moldada pela ação e reflexão, que consistia em fazer os envolvidos no processo educacional conhecerem as normas e as práticas do estabelecimento para que se prevenisse atos transgressores. Baseava-se na razão, na religião e no amor, portanto, excluía qualquer forma de violência e castigo aos adolescentes.

a égide de um processo religioso e doutrinário, combinado aos aspectos disciplinares, cívico-patrióticos e políticos.

Entende-se, no entanto, que alguns elementos característicos fazem parte desse contexto e que ajudam na leitura das especificidades desse *lócus*, quais sejam: a disputa entre católicos e liberais para um projeto de educação no período; o projeto autoritário do Estado Novo e a criação dos “braços políticos” pelo governo; e, por fim, a intensificação dos discursos do anticomunismo e do patriotismo, que influenciou o imaginário da população com a expansão de ideologias consideradas “exóticas” no período.

A conjuntura descrita, portanto, incidiu no tensionamento do campo educacional da região e transformou esse periódico escolar em um produto simbólico com características singulares. Essas questões estiveram presentes na composição do impresso, à medida que a imprensa escolar salesiana se consolidou como instrumento simbólico na promoção da lógica desse campo e do *habitus* salesiano para a juventude sul-mato-grossense.

O impresso pode ser compreendido, no contexto das análises, como a principal implicação social resultante da relação entre educação salesiana e estruturas de poder, pois auxiliou na construção identitária principalmente do seu agente estudante que, no contato com as suas páginas, deparou-se com uma série de elementos representativos sobre o modo de ser e estar salesiano. Esses escritos foram compreendidos e manipulados como dispositivos estratégicos na construção e consolidação das relações de poder e, conseqüentemente, das estruturas de poder.

Além disso, a construção da identidade dessa instituição resultou de uma relação de força entre as representações atribuídas nas páginas do impresso pelos detentores do poder de classificar e selecionar os conteúdos veiculados e da recepção desses elementos pelo público leitor.

A representação e as práticas do Ginásio Dom Bosco nas páginas do periódico foram além da apresentação dos principais aspectos educacionais, evidenciando que a cultura pedagógica salesiana era também resultado de constantes movimentações do campo religioso, do campo econômico e do campo político. Todos esses aspectos foram colocados a serviço da promoção de um espírito progressista e nacionalista, ideais defendidos pela instituição. Por esse

motivo, identificam-se, em diferentes momentos da composição do impresso, abordagens que perpassavam as pautas educacionais e ampliavam o nível de conteúdo veiculado e, possivelmente, o público alvo.

A lógica desse campo foi constituída por uma rede de interesses específicos na produção e reprodução de práticas religiosas, como também de práticas cívico-patrióticas e práticas políticas, tendo como objeto principal a formação educacional da juventude mato-grossense sob esses princípios. As características significativas e as disposições subjetivas que envolveram esse campo só foram possíveis conforme a internalização dessa estrutura social pelos estudantes nas ações cotidianas da instituição, processo em que o impresso escolar desenvolveu papel importante na legitimação dos esquemas de percepção e apreciação daquela realidade.

Referências

ADÃO, R. *Anticomunismo e suas construções mitológicas na imprensa político-religiosa de Cuiabá (1930 – 1945)*. 2017. 208 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2017.

ALMEIDA, M. G. A. A. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 137-160, 1998.

ARAKAKI, S. *Dourados: memórias e representações de 1964*. Dourados/MS: UEMS, 2008.

BARBOSA, M. *História cultural da Imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOMENY, H. M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 137-166, 1999.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J.; PORTELLI, A. *Usos & abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, p. 183-191, 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. [Constituição (1937)]. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. Decreto n. 19.488, de 15 de dezembro de 1930. *Declara os dias de festa nacional*. Rio de Janeiro, 1930.

BRASIL. Lei n. 259, de 1 de outubro de 1936. *Torna obrigatória, em todo o país, nos estabelecimentos de ensino na e associações de fins educativos, o canto do Hymno Nacional*. Rio de Janeiro, 1936.

BRASIL. Lei n. 38, de 04 de abril de 1935. *Define crimes contra a ordem política e social*. Rio de Janeiro, 1935.

CAPELATO, M. H. R. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo*. Campinas, SP: Papiros, 1998.

CAPELATO, M. H. R. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: O Tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 107-143, 2007.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, E. R. *Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas na Era Vargas (1930 - 1945)*. 2016. 249 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2016.

FERREIRA, J. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

FLORINDO, M. T. O DEOPS/SP na Era Vargas: crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial. *Aurora* (UNESP. Marília), v. 5, p. 124-139, 2011.

GARCIA, N. J. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política – a legitimação do estado autoritário perante às classes subalternas*. São Paulo: Loyola, 1982.

GIRARDET, R. *Mitos e mitologias políticas*. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, A. C. *A Invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
GOMES, A. C. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOULART, S. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. São Paulo. Marco Zero, 1990.

HOBSBAWM, E. Etnia e nacionalismo na Europa hoje. In: BALAKRISHNAN, G. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 271-282.

HORTA, J. S. B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2012.

MOTTA, R. P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

NEVES, V. A.; SILVA, V. M. Educação, Igreja e Estado Novo (1937-1945): ensino secundário confessional na Paraíba. *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 44, n. 2, p. 358-371, 2019.

O GINÁSIO – Órgão dos alunos do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 21, fev./mar., 1940.

O GINÁSIO – Órgão dos alunos do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 27, abr., 1941.

O GINÁSIO – Órgão dos alunos do Ginásio Municipal Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 33, mar./abr., 1942.

O GINÁSIO – Órgão dos estudantes do Ginásio Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 7, set., 1937.

O GINÁSIO – Órgão dos estudantes do Ginásio Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 8, out., 1937.

O GINÁSIO – Órgão dos estudantes do Ginásio Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso, n. 13, ago./set., 1938.

PANDOLFI, D. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, São Paulo: Ed. da USP, 1984.

SGARBI, A. D. *Bibliotecas pedagógicas católicas: estratégias para construir uma “civilização cristã” e conformar o campo pedagógico através do impresso*. 2001. 391 f. Tese (Doutorado em Educação: História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

SGARBI, A. D. *Igreja, educação e modernidade na década de 30 escolanovismo católico: construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia*. 1997. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1997.

SILVA, M. S. *A Educação Brasileira no Estado-Novo: 1937/1945*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

VELLOSO, M. P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. *In*: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. M. C. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p.71-108, 1982.

VIANNA, M. A. G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo, do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

Recebido em: 16/01/2024

Aprovado em: 08/03/2024